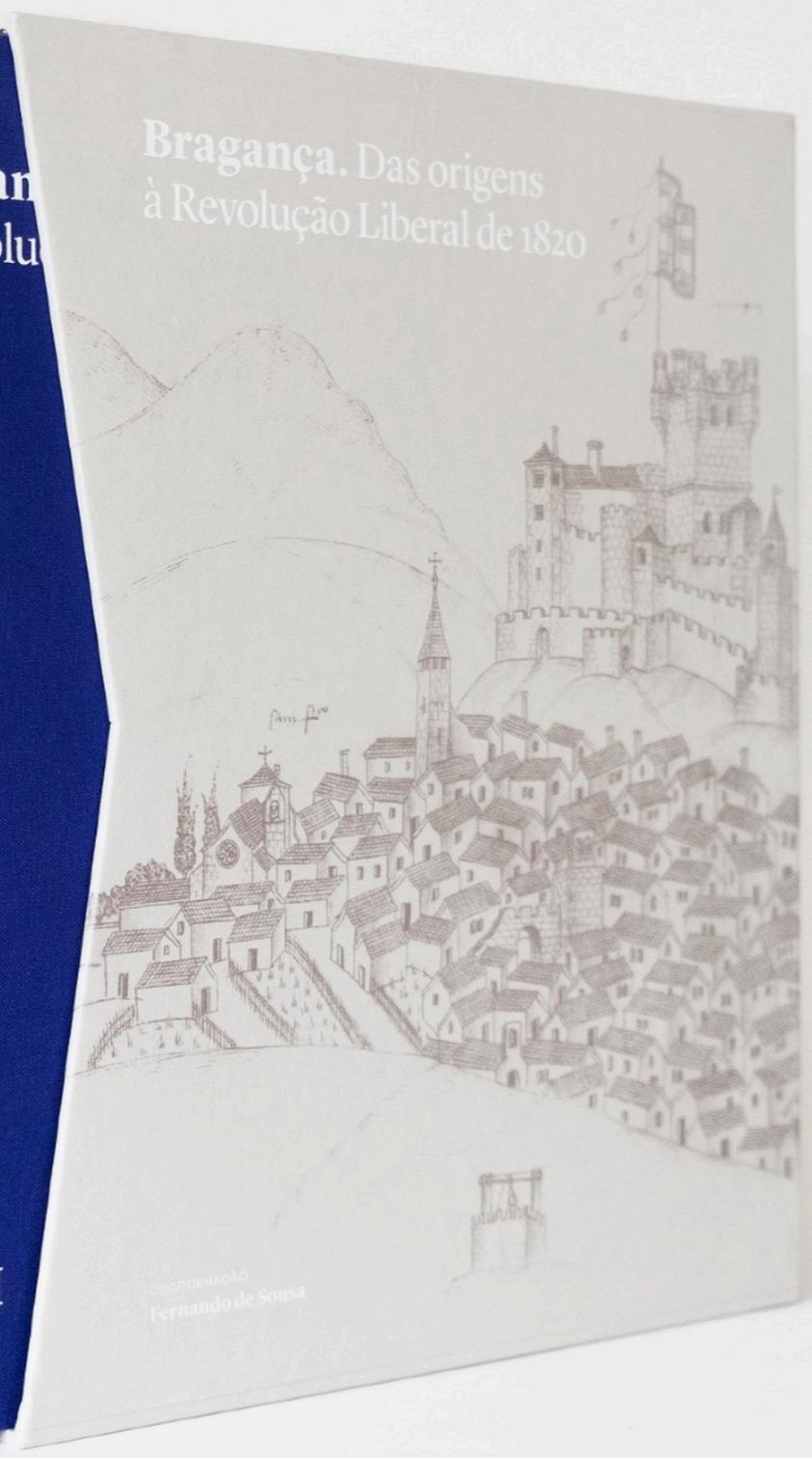
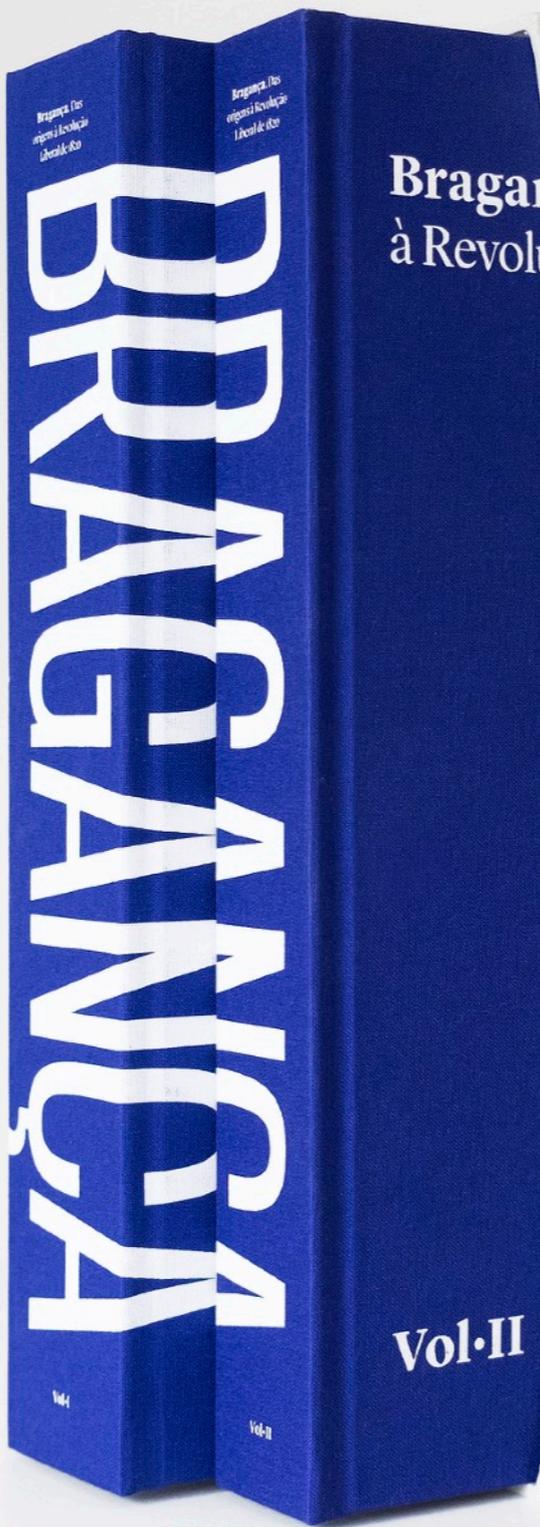




“Bragança. Das Origens à Revolução Liberal de 1820” conquista prémio internacional de design gráfico





de Meixedo foi invadido e destruídas as suas casas e searas, lançando os seus moradores na miséria. O mesmo aconteceu com o lugar de Baçal, "arrasado pelo inimigo", que esteve aí acampado onze dias, obrigando, tanto num caso como no outro, à fuga dos seus moradores para Bragança¹. Como estas duas freguesias se localizam mais perto de Bragança do que da fronteira, outras freguesias a norte de Baçal e Meixedo tiveram seguramente a mesma sorte.



FIG. 2 Batalha de Almansa, em 1707 (Ricardo Balaca y Orejas Canseco, *La Batalla de Almansa*, 1862, Museo del Prado)

É provável que o levantamento do cerco de Bragança pelo marquês de Caylus tenha a ver com a resistência oferecida pela sua guarnição militar, sendo alcaide-mor Lázaro Jorge de Figueiredo Sarmento, ou com a aproximação de forças anglo-portuguesas, uma vez que, em março de 1710, ou seja, poucos meses antes, Bragança acolheu um regimento de infantaria e algumas companhias de cavalaria inglesas, para o que necessitou de preparar os quartéis de alojamento dos militares².

Francisco Manuel Alves regista que no *Livro de Óbitos de Santa Maria de Bragança*, entre fevereiro de 1710 e novembro de 1711, se encontram 73 "assentos de óbitos de militares falecidos na guarnição de Bragança"³, o que demonstra a violência dos combates que aí tiveram lugar.

É claro que os portugueses também invadiram território espanhol. Em 1710 ocuparam Alcañices e Puebla de Sanabria, na região que confina com o município de Bragança. E entre 1712-1715, numerosos lugares pertencentes à jurisdição do conde de Benavente estiveram sujeitos a Portugal⁴.

A GUERRA DOS SETE ANOS

1756-1763

Na sequência de outro conflito europeu, designado por *Guerra dos Sete Anos*, iniciado em 1756 entre a Áustria e a França, por um lado, e a Grã-Bretanha e a Prússia por outro, em 1761, a França estabeleceu com a Espanha um Pacto de Família - a família Bourbon -, o qual vai defender que Portugal estava a ser vítima da dominação britânica e que, portanto, se tornava necessário libertar o Reino daquela hegemonia.

Portugal, apesar de defender a sua neutralidade, procurou manter a aliança com a Inglaterra, o que levou à invasão do seu território pelos espanhóis, em 1762. O País recebeu o apoio da Inglaterra, que desembarcou no Reino 6 000 soldados e enviou o conde de Lippe para reorganizar o Exército português, que se encontrava num estado de total impreparação.

Bragança não opôs qualquer resistência aos espanhóis, que destruíram então o forte de São João de Deus e parte das muralhas da cidadela. Uma coluna espanhola guiada por um galego que conhecia bem a cidade, na noite de 14 para 15 de maio de 1762, terá chegado ao Largo de São Vicente sem quaisquer obstáculos. No dia 15, verificando que "forças consideráveis do exército espanhol" cercavam Bragança, a cidade capitulou.

O conflito entre os anglo-lusos e os espanhóis acabou por ter como palco de operações, além de Trás-os-Montes, a Beira Interior e o Alentejo, e por se alargar também ao território espanhol; mas sem dar oportunidade a qualquer batalha decisiva, acabou por ficar conhecido como *Guerra Fantástica*. Em dezembro de 1762, assinaram-se em Fontainebleau os preliminares da paz que deram origem, no ano seguinte, em fevereiro de 1763, ao Tratado de Paris, encerrando-se definitivamente as hostilidades.

o poder das bocas-de-fogo que acompanhavam o exército invasor. Foi então que a engenharia militar procedeu a transformações no castelo medieval enquanto edificava uma fortificação moderna e reestruturava o tecido urbano segundo preceitos de maior racionalidade. Objetivos de idêntico teor orientaram a ação da engenharia militar no século XVIII.

Sobretudo a partir da parte final do século XVII, diversas obras em igrejas paroquiais e monásticas denotam a forma como a igreja de massas se socorria da arte para inculcar a nova espiritualidade e, assim, condicionar os fenómenos de mentalidade coletiva. A escultura e a pintura, a fresco ou sobre madeira, serviam o milagre ou alçavam-se a exemplos no dispositivo de salvação que se explanava diretamente sobre os muros das igrejas ou se organizava em retábulos de boa traça arquitetónica. Findas as Guerras da Aclamação, a arte da talha teve entre nós uma expressão primacial, cujo fulgor se deveu aos revestimentos áureos e policromados e também à capacidade de acompanhar a evolução estética da arte barroca.

Igualmente relevantes na cidade de Bragança e no seu alfoz são alguns casos que permitem acompanhar a variação do gosto na decoração de tetos. De facto, no teto de alfarge da capela-mor de S. Bento ou nos tetos de quadratura de Santa Maria ou de S. Bento, define-se um segmento do tempo histórico onde se declina a narrativa da herança muçulmana ou se repercute a influência de extração erudita derivada de postulados teóricos e das práticas estéticas que irradiaram da urbe que é a sede da cristandade, Roma.

O SIGNIFICADO DA CONCESSÃO DO ESTATUTO DE CIDADE A BRAGANÇA

Na sequência da morte do rei D. Fernando I, gerou-se em Portugal um clima de grande instabilidade que se prolongou para além de 1411, a data da assinatura da paz com Castela. No âmbito do descontentamento que varria o País, ressaltava a conflitualidade que opunha a nobreza ao rei. Questões como a posse de terras, os impostos, a desvalorização da moeda e das rendas foram matérias que estabeleceram distâncias e potenciaram animosidades, indo ao ponto de alguns fidalgos deliberadamente se tornarem vassallos do rei de Castela.

João Afonso Pimentel, inicialmente apoiante da causa do mestre de Avis, foi um dos que se revoltou e se subtraiu à obediência do rei português, o que implicou que a vila e castelo de Bragança, juntamente com outras praças trasmontanas, tivessem seguido o seu partido e tomado voz pelo rei de Espanha. Henrique III de Castela conceder-lhe-ia a vila de Benavente depois do monarca português, por carta de 15 de julho de 1397, lhe ter confiscado todos os bens móveis e de raiz, que deu a Diogo Lopes de Sousa.

Posteriormente, a tutela da povoação passaria para D. Fernando, neto do rei D. Pedro I, e para o seu filho D. Duarte, "senhor de Bragança, e do castelo de Outeiro", que faleceu em 1442 sem deixar sucessão. No mesmo ano, durante a menoridade de D. Afonso V, quando o Infante D. Pedro detinha a regência do Reino, o senhorio de Bragança foi entregue a D. Afonso, primeiro conde de Barcelos que, desta forma, via o seu estado ser acrescentado com o "título de Duque, e juntamente do castelo de Outeiro, de Miranda, e de Nuzellos, com seus termos, rendas, e padroados de juro, e herdade". Ostentando o terceiro título de duque que se concedeu em Portugal – após os das cidades de Coimbra e de Viseu –, D. Afonso (1377-1461) tornava-se, assim, o tronco da Sereníssima Casa de Bragança. De acordo com as palavras de António Caetano de Sousa, residiu "o tempo que pode na villa de Chaves, onde [...] edificou hum palácio, para o qual o rei (D. João I) seu pai concorria com liberalidade".

Contudo, devemos atentar na oscilante pujança demográfica e económica de Bragança, já que nos termos da "Carta de fóro de cidade à villa de Bragança", de 20 de fevereiro de 1464, se esclarece ter a povoação sido nomeada como cidade "no foral que



FIG. 19 Casula em seda bordada a ouro, produzida em Bragança (Museu Abade de Bical)

BRAGANÇA, DAS INVASÕES À REVOLUÇÃO LIBERAL, p. 102

DAS INVASÕES FRANCESAS À REVOLUÇÃO LIBERAL

1807-1820

761

As Invasões Francesas (1807-1811), efetuadas no âmbito da Guerra Peninsular, levando à retirada de D. João VI para o Brasil, tiveram como consequências imediatas a abertura do comércio daquela colónia portuguesa às nações estrangeiras (1808), a admissão indistinta de todos os géneros de produção e manufatura inglesa, pagando somente 15% de entrada (1810), a devastação das províncias do Centro e Norte de Portugal, o saque do Porto, etc. Perdido o mercado exclusivo das produções da nossa indústria, que era principalmente o Brasil, não podendo esta competir com as manufaturas estrangeiras, apesar de algumas medidas tomadas para compensar a adoção dos "princípios liberais", "vimos quase aniquiladas as nossas fábricas, depois de arruinada a nossa agricultura nas terras invadidas, sem ao menos passarmos por algum intervalo, que nos preparasse para tão grandes mudanças".

Todas as informações relativas ao estado das fábricas de sedas em Trás-os-Montes são unânimes em referir 1808 como o ano de viragem da sua produção, o que corresponde, efetivamente, à perda do único mercado externo para a indústria portuguesa. O rendimento do imposto de 3% sobre as fábricas de Bragança revela, de modo irrefutável, essa dramática viragem.

No rescaldo da Guerra Peninsular, a indústria portuguesa, mercê dos fatores referidos, vai apresentar um panorama francamente desolador. A balança do comércio de 1810 vai referir que os "pequenos restos das nossas fábricas" não podiam subsistir, devido à concorrência das manufaturas inglesas e aos seus "comodos preços". Os "antigos métodos de protecção económica" - escreve Borges de Macedo - "pelos privilégios aduaneiros e outros deixaram de ser suficientes". Faltavam os empresários e os capitais para alterar as condições de produção e enfrentar-se, com êxito, a concorrência. A indústria portuguesa, "que resistira ao contrabando e à guerra dos preços e até da qualidade durante todo o século XVIII, era agora esmagada pela técnica nova da Revolução Industrial".

A indústria das sedas, por 1812-1813, mal sobrevive. No Porto, todas as suas fábricas se encontram paradas ou decadentes. Torna-se evidente que a indústria das sedas em Trás-os-Montes não podia ficar imune a esta conjuntura extremamente desfavorável. Em 1808-1809, a fábrica de Chacim deixou praticamente de laborar, encerrando as portas da casa de fiação. E as fábricas de Bragança viram a sua produção fortemente reduzida.

Em Bragança, no ano de 1812, a fábrica da seda registava 32 a 34 proprietários, produzindo 35 365 côvados de cetins, sarjas e tafetás, num total de 1 422 peças e 26 retalhos, no valor global de 9 317 600 réis, o que rendeu 279 515 réis do imposto dos 3% (BORGES DE MACEDO, 1971).

Um general português pôe-se à frente da revolução, expede ordens, proclama aos povos, convida outros generais a unirem-se-lhe, abre correspondências com Espanha, principia a organizar um exército, procura os meios de o sustentar e de levar o estandarte português até ao centro da dominação intrusa. É o general Sepúlveda, e é em Bragança, título antigo da Real Casa reinante, que se concebem e se executam estes projetos.

O abade de Carrazedo, Manuel António de Sousa e Madureira Cime, tendo em sua casa a administração do correio, foi o primeiro que a 11 de junho, pelas 5 horas e meia da tarde, recebeu por uma carta a notícia da prisão dos franceses no Porto. A carta é lida em voz alta a várias pessoas que se achavam presentes; aparecem mais cartas que confirmam esta notícia, acrescentando algumas que Junot devia também ter sido preso em Lisboa, e principiam imediatamente os vivas, de que foram autores o abade, o cônego Bento José de Figueiredo Sarmento, o bacharel Pedro Álvares Gato e o médico António Afonso Dias Veneiros, e a que responderam todos os assistentes e o povo que se foi ajuntando, com um entusiasmo inexplicável. De casa do abade saíram todos a procurar o general, que se achava na igreja de S. Vicente assistindo à trezena de Santo António; e com ele voltaram, para darem as providências oportunas ao seu quartel-general. Já o povo se encontrava aos montes, repetindo os vivas, já repicavam os sinos da catedral, por ordem do cônego Bento José de Figueiredo, e lhes respondiam das outras igrejas da cidade, não se divisando senão alegria, desde o general até ao último indivíduo do baixo povo.

Mas nem todas as autoridades se decidiram logo pela restauração, posto que nenhuma a impugnou abertamente. Houve funcionários públicos que, apenas informados deste grande reboliço, foram procurar o general com os semblantes amarelos, a perguntar-lhe que novidade era aquela: ao que ele respondeu, conduzindo-os a uma janela e mostrando-lhes as ruas cobertas de povo, que clamava em altas vozes: viva o nosso Príncipe e a Real Casa de Bragança; morram os franceses; e também se ouvia: viva o nosso general. Ali tem o que é, lhes disse Sepúlveda; vejam se se atrevem a acomodar todo este povo. Não houve réplica, porque esta resposta a não admitia.

Sancionado com prazer pelo general este glorioso ato, seguiram-se salvas reais, e nessa noite e nas seguintes iluminou-se toda a cidade, sem alguma outra ordem ou insinuação que o exemplo do mesmo general e dos outros patriotas que com ele se tinham posto à frente. Começou também desde logo a cuidar-se do essencial, que era

procurar armas e soldados, providenciar os meios de sustentar a tropa e consolidar a revolução.

O general fez pois trabalhar incessantemente no conserto de uma porção de armamento velho que havia na cidade, enquanto se não podia conduzir de Chaves o que ali se achava. Publicou um edital datado do mesmo dia 11, por onde chamava às armas todos os trasmontanos, e principalmente os militares que tinham obtido baixas no tempo do Governo intruso, obrigando-os a reunirem-se aos seus corpos, e perdoava, em nome do Príncipe Regente, o crime de deserção simples a todos os que nele se achassem compreendidos, contanto que se apresentassem no termo de quinze dias. Expediu ordens aos governadores e capitães-mores da provincia para fazerem a aclamação nos seus respectivos territórios, e para que toda a paisagem se pusesse pronta a combater o inimigo se intentasse a invasão. Ordenou também com particular cuidado que se cortasse a comunicação das barcas do Douro, para embarçar ao inimigo a sua passagem, se a tentasse da parte de Almeida.

O dia 12 principiou pelas cerimónias religiosas, assistindo o general com o seu estado-maior, a Câmara, nobreza e povo à ação de graças que se celebrou na catedral, em que orou o governador do bispado Paulo Miguel Rodrigues de Morais, um dos homens que trabalharam com grande zelo nesta empresa e com muita utilidade, inflamando os povos, e especialmente o corpo do clero, com a sua autoridade e persuasões, e por meio de ordens que expediu a todos os párocos do bispado. Ai mesmo se ornaram todos com o tope nacional, os eclesiásticos sobre o peito, os seculares no chapéu.

Voltaram depois a continuar as suas fadigas militares, de que o objeto principal consistia então em reorganizar e armar os regimentos de linha e milícias da provincia. Começou-se pelo de Infantaria n.º 24, debaixo do comando do capitão Bernardo de Figueiredo Sarmento, que pelo seu comportamento e trabalhos merece uma memória honrosa, e pelo de Cavalaria n.º 12, debaixo do comando do seu coronel Amaro Vicente Pavão de Sousa. A necessidade aumenta prodigiosamente as forças do homem: Sepúlveda, velho e doente, trabalhava como faria um moço robusto; mas ele achava-se rodeado de um grande número de fiéis portugueses, que o ajudavam com todas as suas forças; e devem contar-se neste número seus filhos, seus genros, e em uma palavra toda a sua familia.

Tal era o estado das coisas em Bragança quando chegou novo correio do Porto, que em lugar de notícias lisonjeiras,

que se esperavam com alvoroço, trouxe as ameaçadoras cartas de Herman e Lagarde, e a certeza de que em Lisboa não tinha havido novidade e o Porto tinha reentrado nos ferros. O terror produziu prontamente os seus efeitos, um dos quais é aumentar extraordinariamente a ideia do perigo: refletiu-se sobre a insuficiência dos meios de defesa contra os exercitos do conquistador, nas vinganças de Junot, e no abandono em que se consideravam aqueles povos, tendo dado um passo tão arriscado que não constava que outros imitassem; olhava-se para Almeida, e imaginava-se a todo o instante que a divisão de Loison caía sobre Bragança; e, para maior desgraça, corriam notícias confusas do exército de Bessières, o qual por esse tempo assolava a alta Castela, que eram bem capazes de produzirem novos sustos.

Os espíritos vacilaram pois de tal modo, que alguns daqueles mesmos que ao principio se haviam mostrado mais resolutos, caíram na fraqueza de proporem ao general que se humilhasse perante o Governo intruso. E quando estes assim pensavam, que fariam os outros, que desde os primeiros momentos tinham manifestado a sua timidez? Formaram uma conspiração contra o general e contra os outros motores da revolução; e como alguns deles se achavam armados com a jurisdição, abriram uma devassa contra os mesmos general e mais patriotas, projetando nada menos que o criminoso e prendê-los, para se livrarem a si próprios. A crise era arriscada, e o general tirou-se dela por um lance de prudência, tendo chegado a pontos de dar algumas providências para se refugiar na Espanha, se tanto fosse necessário.

Congregou-se na sua presença um ajuntamento das pessoas principais que tinham figurado na ação, para se deliberar o que devia obrar-se; e falando cada um segundo o seu modo de pensar, Francisco de Figueiredo Sarmento (um dos genros do general) representou com energia a alternativa em que se achavam, de morrerem às mãos dos franceses, com ignominia, ou sustentarem a revolução com uma resistência heroica; e apoiou intrepidamente este último partido como o único que convinha adotar. O general, pensando como ele, e sustentando que não tinham outro meio de salvar as vidas senão resistindo, contemporizou destramente com os autores da contrarrevolução, subscrevendo a proposta, que importunamente lhe faziam, como meio conciliatório, de escreverem cartas ao Governo intruso, humilhando-se-lhe e dando-lhe por desculpa que todos os atos até ali praticados tinham sido de absoluta necessidade para suspender os

movimentos do povo em tumulto; que as salvas e luminárias não tiveram outro objeto que a festividade de Santo António.

Disse-lhes pois o general que escrevessem, e lhe fizessem também o borrão para a sua carta, o que eles praticaram; e ajuntando-se à noite em casa do mesmo general, este lhe apresentou já posta em limpo. Era tal a precipitação em que eles se achavam que depois de a lerem passaram a fechá-la, sem advertirem que estava ainda por assinar: fecharam também as suas, e quiseram deixá-las ao general para que as mandasse lançar no correio, ao que este não anuiu, dizendo-lhes muito a propósito que as levassem todas e as lançassem no correio, pois que tinham de passar-lhe pela porta para se recolherem a suas casas; mas por baixo de capa mandou ordem ao administrador para que não remetesse a sua, não obstante faltar-lhe a assinatura. Digo que esta lhe faltava por fé do próprio general, que o atesta; e eu acredito, não só pela persuasão em que estou da sua honra e verdade, mas também porque, se assim não fosse, a mesma carta o desmentiria; pois existe, e ele o sabe, em poder de um homem que lhe disputa vivamente as honras da primazia na restauração, sendo na verdade um dos que mais se distinguiram nesta obra.

É o abade de Carrazeda, em cuja casa estava, como disse, a administração do correio, quem conserva a carta, e não há muito tempo que eu a vi nas suas mãos, cerrada e lacrada, com sobrescrito do general para o Ministério da Guerra do tempo do Governo intruso. Para dizer que é a própria carta da questão tenho, além dos outros fundamentos, o testemunho do mesmo abade, que acredito sem repugnância; porque por isso mesmo que ele disputa a primazia ao general, mais lhe convinha ocultar do que produzir este documento, em que muito se tem falado; porque, produzindo-o, ratifica a ideia de que não chegou a ter efeito; e ocultando-o deixaria sempre em dúvida se o teve, e se o general retrocedeu nos seus honrados projetos.

Que não retrocedeu, é uma verdade demonstrada pelos factos; pois não houve intermitência na expedição das suas ordens e na execução dos planos que se haviam traçado. Animem-me, ajudem-me, dizia este honrado velho aos honrados patriotas que o rodeavam: eles o animaram e ajudaram, e a revolução fez progressos; não só por toda a provincia trasmontana mas também nas de Entre-Douro-e-Minho e Beira Alta, concorrendo muito para este fim, não só o exemplo mas também as participações e convites de Sepúlveda aos respectivos generais e governadores.

1490

Nas Cortes de Évora, Bragança continua a insistir em assuntos polémicos e antigos, como a contribuição para as obras públicas e questões de segurança. Expedição ao Congo por Gonçalo de Sousa, que morre na viagem.

1492

D. João II reitera a obrigação de os moradores nos diversos lugares da comarca terem de colaborar com o concelho de Bragança nas obras de manutenção das pontes (5 de junho). D. Jorge recebe homenagem por parte dos cavaleiros das Ordens de Avis e de Santiago (12 de abril). Criação do Hospital Real de Todos-os-Santos, em Lisboa.

1495

O procurador de Bragança manda fazer uma cópia dos capitulos gerais apresentados pelos povos nas Cortes de Évora de 1490, para servir de guia aos locais.

Morte de D. João II e subida ao trono de D. Manuel I. O antipáligo de Cabo Verde é integrado nos bens da Coroa.

1496

Confirmação régia a D. Jaime da doação de Bragança feita ao 1.º duque (30 de junho), permitindo que a Casa de Bragança comece a recuperar o prestígio perdido. Expulsão do País dos judeus e mouros que tinham recusado o batismo. Albrado Zacuto publica o *Almanach Perpetuum*, obra de grande importância para a navegação e astronomia.

1498

D. Manuel autoriza que os mantimentos vindos de Castela fiquem isentos de passar na alfândega régia de Bragança, desde que tal não prejudicasse o pagamento da sisa ou de qualquer outro direito régio.

Fundação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. D. Manuel concede à Ordem de S. Jerónimo o local em Belem onde se erguerá o respetivo mosteiro.

1500

Por composição "amigável", as "aldeias" de Palácios, Rio de Onor e Guadramil, sendo foreiras ao mosteiro de Castro de Avelãs e alegando que nunca tinham pago as "oitavas", veem reduzido o pagamento das mesmas para dois alqueires de centeio por morador. Pedro Álvares Cabral chega ao Brasil. Pêro Vaz de Caminha redige a *Carta do Achemento*. Vasco da Gama é investido do cargo de almirante da Índia.

1502

Bragança faz-se representar nas Cortes de Lisboa, ocupando o 4.º banco. Planifício de Cantino, onde figuram o mapa do Brasil e a costa oriental da Ásia.

1508

Os habitantes de Bragança escrevem ao rei a denunciar as prepotências do alcaide-mor Lopo de Sousa, por este os querer obrigar ao pagamento de 153 000 réis para "reparar o muro e barbacã" da cidade. Criação da cidade do Funchal. Conquista de Safin, em Marrocos. Carta régia concede privilégios aos impressores, para promover a "arte da tipografia" em Portugal.

1509

Desenho da cidade de Bragança por Duarte d'Armas. Primeira referência ao cultivo do arroz em Portugal, em Santarém.

1510

Notícia de que a praça-mercado de Bragança se encontra em alargamento. Conquista de Goa por Afonso de Albuquerque.

1514

D. Manuel I concede foral novo a Bragança (11 de novembro). Criação da diocese do Funchal.

1516

Por carta do duque de Bragança à Câmara da cidade, verifica-se que se mantém o trato da seda, embora dos 40 teares existentes, apenas se encontrarem dez em laboração. Promulgação dos *Requisitos e Ordenações da Fazenda d'El-Rei*. É impresso o *Cancioneiro Geral*, de Garcia de Resende.

1517

O papa Leão X concede a D. Jaime, duque de Bragança, a ereção de 15 igrejas do seu padroado em comendas da Ordem de Cristo.

Fernão de Magalhães passa para o serviço da coroa espanhola. *Auto da Barca do Inferno*, de Gil Vicente.

1519

O foral de Bragança é tornado público na Casa da Cisterna / *Damas Municipais* (13 de dezembro). Partida de Fernão de Magalhães para a primeira viagem de circum-navegação.

1520

D. Manuel I autoriza os moradores de Bragança e seu termo a aferirem os pesos e medidas apenas de seis em seis meses. O papa Leão X autoriza o rei D. Manuel I à criação de novas comendas no concelho de Bragança: Santa Maria de Bragança, Conlelas, Lamas de Podence, Morais, Ousilhão, Parâmio e São Julião de Palácios. Promulgação das *Ordenações da Índia*.

D. Manuel termina a reforma dos forais. Fernão de Magalhães faz a travessia do estreito que levará o seu nome e entra no Pacífico.

1524

O duque D. Jaime obtém licença régia para poder unir os hospitais existentes nos territórios da Sereníssima Casa de Bragança (12 de fevereiro). Vasco da Gama é nomeado vice-rei da Índia. Pouco tempo depois, morre em Cochim. Ano provável do nascimento de Luís Vaz de Camões.

1525

Nas Cortes reunidas em Torres Novas, os procuradores da cidade de Bragança são sentados apenas no quinto banco, ao lado dos representantes das vilas. Casamento de D. João III com D. Catarina de Áustria. Morte da rainha D. Leonor. Malaca é atacada pelos muçulmanos.

1530

O Rei manda proceder ao levantamento da população da comarca de Trás-os-Montes. O concelho de Bragança apresenta 5 095 fogos e perto de 19 900 almas. O mesmo levantamento regista 112 clérigos no concelho de Bragança e concelhos encravados. Devido à carestia de alimentos, o duque de Bragança compromete-se a importar do estrangeiro o pão necessário para o abastecimento do concelho. Partida da expedição de Martim Afonso de Sousa ao rio da Prata. Plano de colonização do Brasil. Morte de Diogo Lopes de Sequeira, 3.º governador da Índia.

1531

A Câmara de Bragança pede às Cortes que as sedas em veludos, tafetás, retorses e outras obras ali produzidas possam vender-se livremente no Reino, sem pagarem direitos na alfândega. D. João III requer a Roma autorização para estabelecer a Inquisição em Portugal.

1535

Decisão concelha no sentido de fundar na cidade de Bragança um convento de clarissas. Em novas Cortes, os procuradores da cidade de Bragança continuam no quinto banco, ao lado dos representantes das vilas, apesar dos seus protestos. A fortaleza de Diu é entregue aos portugueses. No âmbito da reforma humanista, Frei Brás de Barros estabelece dois novos colégios no mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra.

1538

Por provisão de D. João III, é realizada a demarcação da cidade de Bragança. Lei contra a mendicidade.

1539

Início da construção do convento das clarissas. Início da atividade do Santo Ofício em Lisboa.

1542

D. João III confirma a doação de Vale de Nogueira à Casa de Bragança. João Rodrigues Cabrilho faz o reconhecimento da costa da Califórnia.

1544

Nas Cortes reunidas em Santarém, um dos procuradores de Bragança é eleito defensor, integrando o grupo restrito dos procuradores que participaram em todas as reuniões do "estado dos povos". Promulgação de novo alvará contra a mendicidade. Novos Estatutos da Universidade e reunião de todas as faculdades no Faço das Escolas. Edificação de uma feitoria em Quelimane.

1545

Através da bula *Pro Excellentissimis* (12 de maio), o papa Paulo III cria a diocese de Miranda, que abrange a totalidade do concelho de Bragança.

Data aproximada da extinção do mosteiro beneditino de S. Salvador de Castro de Avelãs. D. João de Castro é nomeado governador da Índia. Da capitania do Espírito Santo, Brasil, sai o primeiro aguçador brasileiro de que se tem notícia concreta.

1546

D. Turbilio Lopes, primeiro bispo de Miranda, promulga a carta de instituição, ereção e fundação das dignidades, prebendas e ofícios da Sé Catedral (11 de outubro). Segundo cerco de Diu. Provisão régia para proteção da madeira de Lisboa para construção naval. Eleição de Ponta Delgada a cidade.

1549

D. Turbilio Lopes efetua uma composição com os povos da "terra de Bragança", pela qual cada morador que pagava o voto de Santiago fica obrigado a pagar três alqueires de centeio por ano e "para sempre". Criação da diocese de Portalegre. S. Francisco Xavier viaja pela China e navega para o Japão. Inauguração do povoado de S. Salvador da Bahia, que será a capital da América portuguesa durante mais de duzentos anos.

1550

É finalmente concluído o mosteiro originalmente destinado às clarissas de Bragança, mas que acaba por ficar ao serviço da Companhia de Jesus. Primeiros contactos com Macau.

1556

O bispo e o cabido acordam requerer ao rei a mudança da Sé de Miranda para a cidade de Bragança. D. Pêro Fernandes Sardinha, primeiro bispo do Brasil, é morto e devorado pelos índios.

1561

Fundação do Colégio do Santo Nome de Jesus de Bragança. Primeira edição do mais antigo mapa do reino de Portugal, de Fernando Álvares.

1562

Nas Cortes, os procuradores de Bragança têm um papel muito ativo, manifestando a sua concordância com a decisão de pôr fim à regência de D. Catarina. D. Filipe de Vilhena doa ao colégio do Santo Nome de Jesus de Bragança a sua quinta em Vilar do Monte. Cerco de Mazagão pelos mouros. Nas Cortes de Lisboa, D. Catarina de Áustria renuncia à regência do Reino, que é assumida pelo cardeal D. Henrique. D. Henrique institui o Conselho de Estado.

O Santo Ofício manda executar Frei Valentim da Luz, acusado de ser "erasmizante".

1563

Sinodo diocesano convocado pelo bispo D. Julião de Alva e aprovação das primeiras *Constituições Sinodais* do bispado, que irão vigorar até 1945. O rei reconhece, por alvará, a indústria da seda em Bragança, o regimento para a produção da mesma e determina que as amoreiras se devem plantar e criar na região (18 de fevereiro). Aprovação dos estatutos da Universidade de Évora. Publicação do *Atlas* de Lázaro Luís, já com a representação de Tete, em Moçambique. Legislação sobre os portos secos entre Portugal e Castela.

1564

Pio V, pelo breve *Exponi facti nobis*, concede a D. Julião de Alva faculdade para confirmar os estatutos da catedral e cabido de Miranda (12 de janeiro). Promulgação dos decretos do Concílio de Trento como leis do Reino.

1565

D. Sebastião doa ao colégio do Santo Nome de Jesus de Bragança uma vasta propriedade junto ao rio Sabor. Estácio de Sá lança os fundamentos da cidade do Rio de Janeiro, junto à baía de Guanabara.

1568

A Câmara de Bragança compromete-se junto do bispo D. António Pinheiro a edificar um mosteiro de freiras, o futuro mosteiro de Santa Clara. António Monteiro é nomeado juiz de fora de Bragança. Termina a regência do cardeal D. Henrique. D. Sebastião assume o trono, com apenas 14 anos. Alvará proibindo a venda de pão a estrangeiros. O *Atlas* de Fernão Vaz Dourado já representa o Japão e parte da costa norte-americana.

1574

Fome na região de Bragança, na sequência de um mau ano agrícola. Pêro de Magalhães de Gândavo publica as *Regras de escrever a ortografia da língua portuguesa*.

1580

Tomada de posse da cidade de Bragança entre Juan de Vega, tenente-capitão no reino de Leão e governador da vila de Puebla de Sanabria, e os oficiais da Câmara (15 de setembro). Morte do cardeal D. Henrique, rei de Portugal. Invasão de Portugal pelo exército espanhol e entrada no País de Filipe II de Espanha. Conclusão da *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto.

1581

Devolução parcial da jurisdição de Bragança ao duque de Bragança (29 de maio). Lopo de Albreu Castelo Branco é nomeado juiz de fora de Bragança. Aclamação régia de D. Filipe I de Portugal (Filipe II de Espanha).

D. António, prior do Crato, procura obter apoio militar junto da corte inglesa.

1585

António Botelho é nomeado juiz de fora de Bragança, mantendo-se em funções pelo menos até ao ano seguinte. Chegam as primeiras freiras destinadas ao mosteiro de Santa Clara, ficando alojadas na Casa da Misericórdia, uma vez que o mosteiro se encontra ainda em construção. Proibição do comércio com a Holanda. Fundação da cidade de João Pessoa, no Brasil.

1590

Fundação do mosteiro de Santa Escolástica de Bragança. O exército português em Luanda é derrotado pela forças combinadas dos reinos de Ndonga e Matamba.

1595

Um dos anos mais cruentos da Inquisição em Bragança, com 139 processados. A diocese de Miranda conta com 260 paróquias. Morte de D. António, prior do Crato. Revolta popular em Lisboa. Conclusão das *Ordenações Filipinas*.

1599

Ano mais violento da Inquisição em Bragança, com 190 processados. Povoamento de Paraíba, no Brasil.

1600

D. Diogo de Sousa funda o Seminário de São José, em Miranda do Douro, mais tarde transferido para Bragança. Nomeação de Cristóvão de Moura como vice-rei e capitão-general da gente de guerra em Portugal.

1601

O número de paróquias da diocese de Miranda eleva-se a 300. A Índia é dividida em duas províncias, Goa e Malabar.

1606

Sinodo diocesano convocado pelo bispo D. Diogo de Sousa. D. Filipe II funda a capitania de Serra Leoa.

1607

D. Diogo de Sousa informa que a diocese de Miranda se encontra dividida em quatro províncias: Bragança, Lampaças, Lomba e Mirandela. Figueiredo Falcão publica o *Livro de Toda a Fazenda Real e Património de Portugal, Índias e Ilhas Adjacentes*.

1611

Primeiros Estatutos do Seminário de São José. *Dicionário de Português-Latim*, de Agostinho Barbosa.

1619

Código de posturas do município de Bragança. Nas Cortes de Lisboa, o filho de Filipe II é jurado herdeiro do trono português.

1620

D. Frei Francisco Pereira alcança o consentimento régio para a transferência da sede da diocese para Bragança. Pascoal de Frias, abade de Carracedo, institui a capela de Nossa Senhora da Conceição na igreja do convento de São Francisco, com vínculo de morgadio. Ano "estéril de pão". Lisboa conta com cerca de 165 000 habitantes, sendo a localidade mais populosa em toda a Península Ibérica. Surto epidémico de tifo exantemático, que provoca um elevado número de vítimas.

1622

Realizam-se em Bragança grandes celebrações, por ocasião da canonização de Inácio de Loyola e de Francisco Xavier. Surto de fome, com especial incidência em Lisboa. Ataques holandeses à costa portuguesa, na foz do Tejo, barra do Douro e Aveiro.